

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.495.431 - SP (2019/0122427-8)

AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE SOROCABA
PROCURADOR : SAMUEL GONÇALVES DE OLIVEIRA E OUTRO(S) -
SP421853
AGRAVADO : CARLOS SILVA SANTOS
ADVOGADO : CARLA ADRIANA SANTOS CONEJO E OUTRO(S) -
SP168896

DECISÃO

Carlos Silva Santos ajuizou ação contra o Município de Sorocaba/SP objetivando o fornecimento de medicamentos de alto custo - Glifage XR 500g; Diamicron MR 60mg; Lantus; BD Ultra-fine 4mmX0,23 mm; Duspatalin 200mg -, pois portador de diabetes tipo I e de diverticulite.

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo negou provimento à remessa necessária e à apelação, mantendo a sentença de procedência dos pedidos (fls. 133-136), nos termos assim ementados (fl. 163):

Apelação Cível – Fornecimento de medicamentos – Sentença de procedência – Reexame necessário e recurso voluntário da Prefeitura Municipal de Sorocaba – Desprovimento de rigor – Inocorrência de incompetência do Juízo ou ilegitimidade de parte – O serviço de farmácia é de responsabilidade solidária entre todos os entes federativos – Não há que ser condicionado o fornecimento do medicamento a uma suposta hierarquia do sistema, na qual exclusivamente um dos entes responde pela obrigação – O fornecimento de medicamento e tratamento de saúde decorre de direito constitucional basilar e de atendimento impostergável, refletido em norma de que a saúde é direito universal e de responsabilidade do Poder Público, em todos os seus níveis – Decisão que, ademais, não afronta o princípio da isonomia ou o princípio da separação dos poderes, pois cabe ao Poder Judiciário prestar a tutela jurisdicional quando direitos prioritários não são observados – Honorários advocatícios adequadamente arbitrados – R. sentença mantida – Recursos desprovidos.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fl. 195).

O Município de Sorocaba interpôs recurso especial, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, alegando violação dos arts. 2ª, § 4º, da Lei n. 12.153/2009, sob o fundamento de que, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) – inferior à 60 (sessenta salários mínimos), deveria ter sido reconhecida a competência absoluta do Juizado Especial da Fazenda Pública. Entretanto, o Tribunal *a quo* entendeu pela manutenção do processo na justiça comum, ante a alta complexidade da causa sem, entretanto, apresentar fundamentação específica para tanto, conforme determina o art. 11 do CPC/2015.

Superior Tribunal de Justiça

Argui contrariedade aos arts. 7º, IX, *b*, 8º, e 17, III e IX, da Lei n. 8.080/1990, defendendo a sua ilegitimidade passiva, por tratar-se de medicamento de alto custo, a qual atribui ao Estado, ante a hierarquização e descentralização política do SUS.

Após o oferecimento de contrarrazões (fls. 201-216), o Tribunal de origem negou seguimento ao recurso especial (fls. 244-245), tendo sido interposto o presente agravo.

É o relatório. Decido.

Considerando que o agravante impugnou a fundamentação apresentada na decisão agravada, e atendidos os demais pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial.

A matéria deduzida no presente recurso, qual seja, dever do Estado no fornecimento de medicamento de alto custo a portador de doença grave que não possui condições financeiras para comprá-lo, é objeto de análise pelo Supremo Tribunal Federal no RE 566.471/RN (Tema n. 6/STF), sob o regime de repercussão geral.

Diante disso, torna-se impositiva a suspensão dos feitos pendentes que tratem da mesma matéria, nos termos do art. 1.036 do CPC/2015.

Por sua vez, os arts. 1.040 e 1.041, ambos do CPC/2015, dispõem sobre a atuação do Tribunal de origem após o julgamento do recurso extraordinário submetido ao regime de repercussão geral ou do recurso especial submetido ao regime dos recursos repetitivos.

De acordo com tais dispositivos, há a previsão da negativa de seguimento dos recursos, da retratação do órgão colegiado para alinhamento das teses ou, ainda, a manutenção do acórdão divergente, com a remessa dos recursos aos Tribunais correspondentes.

Nesse panorama, cabe ao Ministro Relator, no Superior Tribunal de Justiça, determinar a devolução dos autos ao Tribunal de origem para que, após o julgamento do paradigma, seja reexaminado o acórdão recorrido e realizada a superveniente admissibilidade do recurso especial.

No mesmo sentido, destacam-se os seguintes julgados:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. IMPOSTO DE RENDA SOBRE JUROS DE MORA. RECONHECIMENTO DE REPERCUSSÃO GERAL QUANTO AO TEMA. SOBRESTAMENTO DO RECURSO ESPECIAL COM DEVOLUÇÃO À CORTE DE ORIGEM PARA EVENTUAL E OPORTUNO JUÍZO DE CONFORMAÇÃO.

POSSIBILIDADE.

1. A análise dos autos denota que a pretensão da recorrente, embora envolva a incidência de imposto de renda sobre depósitos judiciais, diz respeito à discussão relacionada ao que foi decidido nos autos do REsp 1.089.720/RS, no sentido de que, se a verba principal for isenta do imposto de renda, o seu assessorio também o seria.

2. A controvérsia relacionada à incidência do imposto de renda sobre juros de mora teve repercussão geral reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (Tema 808).

3. É irrelevante o fato de os juros de mora em questão não decorrem das mesmas verbas a que se refere o recurso extraordinário afetado, pois juros de mora são "juros de mora" em qualquer circunstância. Precedente: REsp 1.223.268/PR, de minha relatoria, Segunda Turma, DJe 21/6/2017.

4. Encontrando-se a matéria com repercussão geral reconhecida, por medida de economia processual e para evitar decisões dissonantes entre a Corte Suprema e esta Corte Superior, os recursos que tratam da mesma controvérsia no STJ devem aguardar, no Tribunal de origem, a solução no recurso extraordinário afetado, viabilizando, assim, o juízo de conformação, hoje disciplinado pelos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015. Precedentes: AgInt no AREsp 707.487/RJ, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 13/10/2017 AgInt no AgInt no REsp 1.603.061/SC, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 28/6/2017.

5. Somente depois de realizada essa providência, a qual representa o esgotamento da instância ordinária, é que o recurso especial deverá ser encaminhado, em sua totalidade, a este Tribunal Superior, a fim de que possam ser analisadas as questões jurídicas nele suscitadas e que não ficaram prejudicadas pelo novo pronunciamento da Corte a quo.

6. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AgInt no REsp 1473147/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 08/03/2018)

AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. RECONHECIMENTO DE REPERCUSSÃO GERAL QUANTO AO TEMA VERSADO NO APELO ESPECIAL. SOBRESTAMENTO DESTES ÚLTIMO COM DEVOLUÇÃO À CORTE DE ORIGEM PARA EVENTUAL E OPORTUNO JUÍZO DE CONFORMAÇÃO. POSSIBILIDADE.

1. Podendo a ulterior decisão do STF, em repercussão geral já reconhecida, afetar o julgamento da matéria veiculada no recurso especial, faz-se conveniente que o STJ, em homenagem aos princípios processuais da economia e da efetividade, determine o sobrestamento do especial e devolva os autos ao Tribunal de origem para que ali, em se fazendo necessário, seja oportunamente realizado o ajuste do acórdão local ao que vier a ser decidido na Excelsa Corte.

2. A parte agravante não logrou demonstrar, no caso concreto, a ausência de similitude entre o tema trazido em seu especial e o tema pendente de julgamento no STF com repercussão geral, pelo que se impõe a manutenção do sobrestamento ora combatido.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AgInt no REsp 1603061/SC, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 08/06/2017, DJe 28/06/2017)

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que, após a publicação do acórdão do respectivo recurso extraordinário representativo da controvérsia, em conformidade com a previsão do art. 1.040, c.c. o §2º do art. 1.041, ambos do CPC/2015: a) na hipótese da decisão recorrida coincidir com a orientação do Supremo Tribunal Federal, seja negado seguimento ao recurso especial ou encaminhado a esta Corte Superior para a análise das questões que não ficaram prejudicadas; ou b) caso o acórdão recorrido contrarie a orientação do Supremo Tribunal Federal, seja exercido o juízo de retratação e considerado prejudicado o recurso especial ou encaminhado a esta Corte Superior para a análise das questões que não ficaram prejudicadas; ou c) finalmente, mantido o acórdão divergente, o recurso especial seja remetido ao Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 20 de março de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator